

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf **CLETO MARTINS BARBOSA FILHO**

**A liderança estratégica brasileira na ZOPACAS como
ferramenta de cooperação e paz no entorno estratégico
brasileiro**



**Rio de Janeiro
2024**

Maj Inf **CLETO MARTINS BARBOSA FILHO**

**A liderança estratégica brasileira na ZOPACAS como
ferramenta de cooperação e paz no entorno estratégico
brasileiro**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Comando e
Estado-Maior do Exército, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Maj Inf Thiago Britto de Albuquerque

Rio de Janeiro

2024

| | |
|--|------------------------------|
| B238I | Barbosa Filho, Cleto Martins |
| <p>A liderança estratégica brasileira e seu papel na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) : ferramenta de cooperação entre os membros e manutenção da paz e segurança no Entorno Estratégico Brasileiro. / Cleto Martins Barbosa Filho. - 2024.</p> | |
| <p>49 f. il. 30 cm.</p> | |
| <p>Orientador : Thiago Britto de Albuquerque</p> | |
| <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2024.</p> | |
| <p>Bibliografia: f. 47 - 50.</p> | |
| <p>1. Atlântico Sul. 2. Entorno Estratégico. 3. Brasil Líder Regional Projeção De Poder. I Título</p> | |
| <p>CDD 355.4</p> | |

Maj Inf **CLETO MARTINS BARBOSA FILHO**

A liderança estratégica brasileira e seu papel na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS):

ferramenta de cooperação entre os membros e manutenção da paz e segurança no Entorno Estratégico Brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 10 de outubro de 2024.

COMISSÃO AVALIADORA



Maj Inf **THIAGO BRITTO DE ALBUQUERQUE** – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



Cel Cav **SANDRO SILVA RUIZ** - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



Ten Cel Inf **NORBERTO VILA BÓAS HENNEMANN** – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Jeane e às minhas
filhas Sophia & Maria Cecília. Uma
sincera homenagem pelo carinho e
compreensão demonstrados durante a
realização deste trabalho.

RESUMO

O início do Século XXI trouxe ao mundo uma modificação estrutural nas relações internacionais. Com o fim da bipolaridade e o declínio relativo da hegemonia norte-americana, novos atores estatais passaram a disputar espaço no ordenamento mundial. Dessa forma, novos “players”, como o Brasil, a Rússia, a Índia e a China se articulam, fortalecendo o multilateralismo. Dessa forma, a globalização trouxe uma outra tendência, que é o de fortalecimento dos Estados Nacionais, a fim de manter seus *Status Quo*, gerando maior protecionismo, redução da colaboração entre as nações e acirramento das disputas por áreas que tenham recursos naturais estratégicas e que possam alavancar os setores econômicos dos países. No sentido de entender a conjuntura internacional, particularmente as nuances do Entorno Estratégico Brasileiro e a importância para o exercício da liderança estratégica no âmbito dessa região, desenvolveu-se esse trabalho, que possui o objetivo de **analisar as ações brasileiras no contexto da ZOPACAS e as possíveis influências na liderança do Brasil em relação ao Atlântico Sul.**

A metodologia escolhida foi da Pesquisa Bibliográfica e Entrevista. Como resultado, foi desenvolvido um mapa mental com as principais informações levantadas ao longo do trabalho e como conclusão podemos frisar que o referido mapa temático visa consolidar os dados sobre o Entorno Estratégico Brasileiro no Atlântico Sul, destacando elementos como a Zona Econômica Exclusiva, ZOPACAS, exercícios militares e ameaças à segurança, como pirataria e presença militar de países exógenos. Ainda, verificou-se que o Brasil reconhece a importância estratégica do Atlântico Sul e, através do uso de soft power, busca se aproximar dos países da região, embora sua atuação ainda seja considerada frágil comparada à de potências externas. Por fim, destaca-se que a ZOPACAS tem sido uma ferramenta importante para promover cooperação e estabilidade, e o Brasil tem se posicionado como um líder no fórum, facilitando diálogos entre países africanos e sul-americanos. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios para consolidar uma liderança robusta e fortalecer sua presença na região.

Palavras-chave: Liderança estratégica, Entorno Estratégico Brasileiro, Atlântico Sul, Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

ABSTRACT

The beginning of the 21st Century brought a structural change in international relations to the world. With the end of bipolarity and the relative decline of North American hegemony, new state actors began to compete for space in the world order. In this way, new “players”, such as Brazil, Russia, India and China, come together, strengthening multilateralism. In this way, globalization has brought another trend, which is the strengthening of National States, in order to maintain their Status Quo, generating greater protectionism, reduced collaboration between nations and intensification of disputes over areas that have strategic natural resources and that can leverage the economic sectors of countries. In order to understand the international situation, particularly the nuances of the Brazilian Strategic Environment and the importance of exercising strategic leadership within this region, this work was developed, which aims to analyze Brazilian actions in the context of ZOPACAS and the possible influences on Brazil's leadership in relation to the South Atlantic.

The methodology chosen was Bibliographic Research and Interview. As a result, a mental map was developed with the main information collected throughout the work and as a conclusion we can emphasize that the aforementioned thematic map aims to consolidate data on the Brazilian Strategic Environment in the South Atlantic, highlighting elements such as the Exclusive Economic Zone, ZOPACAS, military exercises and security threats, such as piracy and the military presence of foreign countries. Furthermore, it was found that Brazil recognizes the strategic importance of the South Atlantic and, through the use of soft power, seeks to get closer to the countries in the region, although its performance is still considered fragile compared to that of external powers. Finally, it is highlighted that ZOPACAS has been an important tool to promote cooperation and stability, and Brazil has positioned itself as a leader in the forum, facilitating dialogues between African and South American countries. However, Brazil still faces challenges in consolidating robust leadership and strengthening its presence in the region.

Keywords: Strategic leadership, Brazilian Strategic Environment, South Atlantic, South Atlantic Zone of Peace and Cooperation (ZOPACAS)

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

| | | |
|----------|--|----|
| Figura 1 | Entorno Estratégico Brasileiro..... | 16 |
| Figura 2 | Bacias Petrolíferas Marítimas..... | 17 |
| Figura 3 | Países Membros da ZOPACAS.... | 19 |
| Figura 4 | Mapa da Amazônia Azul e conceitos da CNUDM..... | 21 |
| Figura 5 | Investimento chinês no continente africano..... | 27 |
| Figura 6 | Mosaico: posses europeias e intensões chinesas no Atlântico Sul..... | 28 |
| Figura 7 | Mapeamento dos crimes de pirataria e roubo marítimo..... | 30 |
| Quadro 1 | Questões de Estudo | 14 |
| Quadro 2 | Desenho da Pesquisa | 33 |
| Tabela 1 | Características de um líder regional..... | 24 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 1.1 | Problema e objetivos | 11 |
| 1.2 | Delimitação e questões de estudo | 14 |
| 1.3 | Relevância do estudo | 15 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL | 15 |
| 2.1 | O entorno estratégico brasileiro..... | 17 |
| 2.2 | A zona de paz e cooperação do atlântico sul (zopacas)..... | 18 |
| 2.3 | A amazônia azul..... | 19 |
| 2.4 | A liderança estratégica brasileira no contexto do atlântico sul..... | 21 |
| 2.5 | Óbices para a consecução da liderança regional brasileira no atlântico sul..... | 25 |
| 3 | METODOLOGIA | 30 |
| 3.1 | Desenho da pesquisa | 31 |
| 3.2 | Estratégia de pesquisa..... | 33 |
| 3.2.1 | Coleta de Dados | 33 |
| 3.2.2 | Tratamento dos Dados | 34 |
| 4 | INTERESSES ESTRANGEIROS E INSTABILIDADES OCORRIDAS NO ATLÂNTICO SUL | 35 |
| 4.1 | A Organização Do Tratado Do Atlântico Norte | 35 |
| 4.2 | Focos de instabilidade..... | 37 |
| 5 | AS INICIATIVAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DO ENTORNO ESTRATÉGICO | 37 |
| 5.1 | O Sistema De Gerenciamento Da Amazônia Azul (SISGAAZ)..... | 37 |
| 5.2 | DEFESA CIBERNÉTICA..... | 38 |
| 5.3 | A EXPANSÃO DAS EMBAIXADAS BRASILEIRAS NA ÁFRICA..... | 38 |
| | APÊNDICE A – Mapa Temático..... | 39 |
| | APÊNDICE B – Entrevista Realizada..... | 40 |
| 6 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 44 |
| 7 | REFERÊNCIAS | 46 |

1 INTRODUÇÃO

“O poder é o elemento regulador que assegura um mínimo de ordem no seio da natureza substancialmente anárquica do sistema internacional, e que tem como fim a sobrevivência e perpetuação dos próprios Estados. Segundo essa corrente, a ambição do poder é inerente ao homem, dado o sentimento de insegurança que existe no mundo. Como não existe um poder superior, os Estados devem velar pela segurança internacional” (Dias, 2009)

A frase acima destaca a vontade dos países em perseguir os seus objetivos nacionais, conforme a perspectiva realista, sempre presente nas relações entre os Estados. Dentro desse escopo, a presente pesquisa tem por finalidade identificar as ações políticas brasileiras no contexto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e reconhecer a importância da área delimitada e conhecida por Entorno Estratégico Brasileiro, que conforme estabelecido pela Política Nacional de Defesa (2020), é constituída por área de interesse do País, sendo composta pelo Subcontinente Sul-Americano, a Costa Ocidental do Continente Africano e a região marítima do Atlântico Sul. Essa extensão possui grande diversidade de reservas de recursos minerais estratégicos, que suscitam o interesse internacional.

Nesse contexto, o Estado Brasileiro tem direcionado as expressões do Poder nacional para o entorno estratégico, a fim de consolidar seu protagonismo como líder regional e afastar a influência militar de potências extrarregionais. O Fórum Internacional da ZOPACAS constitui ferramenta relevante para o debate de assuntos comuns às nações que possuem fronteira marítima com o Oceano Atlântico.

A região do Entorno Estratégico Brasileiro recebeu destaque junto ao ordenamento mundial com a descoberta de novas jazidas *offshore* de petróleo na Costa Marítima Brasileira e na Costa Oeste Africana, particularmente em relação ao potencial teórico atribuído ao pré-sal brasileiro e a expansão da produção petrolífera da Angola e da Nigéria, os dois maiores produtores de petróleo do continente africano. Além disso, a área marítima do Atlântico Sul continua sendo rota estratégica para o deslocamento de hidrocarbonetos, atualmente, trafega cerca de 67% do petróleo destinado ao mercado europeu e 26% do petróleo destinado aos EUA (Penha,2000).

Outrossim, o Atlântico Sul transformou-se em um dos centros de atenção das principais potências mundiais devido à alta demanda de recursos naturais estratégicos que essas nações necessitam para manutenção do *Status Quo* (Melo, 2018). Essa conjuntura foi marcada pelo surgimento de presenças exógenas de potências orbitando, seja no campo terrestre ou no campo marítimo. A aproximação norte-americana pode ser verificada no fomento à 4ª Frota da Marinha estadunidense, conforme trecho a seguir:

O que interessa mostrar aqui é que a Quarta Frota não tem relação apenas com a área de atuação do Comando Sul dos Estados Unidos. A Quarta Frota, que não tem navios e que foi criada com uma estrutura organizacional destinada a fazer planejamentos, na verdade, está muito mais ligada ao Comando da África [...] O motivo mais aparente para a criação da Quarta Frota é o crescimento espantoso da exploração de hidrocarbonetos na África para alimentar a sede de gás e petróleo do mundo. (Reis, 2011, p.70)

Já a China ampliou sua presença no continente africano, conforme podemos constatar no trecho de Cardoso (2017, pág. 2), “a China, entre 2005 e 2011, aumentou cerca de 30 vezes o seu investimento no continente – não só pela concorrência de representatividade global com os EUA, mas também para erradicar a presença de Taiwan na África”.

Sob o prisma da proteção da soberania e da liberdade de navegação no Atlântico Sul, o Brasil teve a iniciativa da fundação da ZOPACAS, no ano de 1986, que gerou a Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, instituindo o fórum internacional colaborativo de defesa dos interesses geopolíticos das nações dessa área estratégica, que visa a manutenção da paz e a cooperação entre os países. Deve-se considerar o fato complicador da histórica existência de territórios de potências externas à região, como o caso francês, que possui o território da Guiana Francesa, e o Reino Unido, que é detentor de um extenso arquipélago do Atlântico, conforme a lista a seguir: ilha de Ascensão, ilha de Santa Helena, o arquipélago de Tristão da Cunha, ilhas *Falklands*, ilhas Geórgia do Sul e *Sandwich* do Sul.

Essa conjuntura estimula o robustecimento da liderança brasileira no contexto do Atlântico Sul capacitada por sua dimensão continental, que conta com cerca de 8,5 milhões de km², em relação a sua área continental e aproximadamente 7,4 mil km de litoral com o Oceano Atlântico. Essa extensão

costeira debruça-se sobre o Atlântico Sul, e por conseguinte sobre o continente africano, agregando sua relevância nas relações internacionais e na securitização (Rucks, 2014).

Outrossim, o conceito de “Amazônia Azul” foi criado pelo Comandante da Marinha, Roberto de Guimarães Carvalho, oportunidade em que fez um paralelo entre as riquezas existentes no nosso mar e as presentes na Amazônia (Câmara Dos Deputados, 2009). A referida região é constituída pelas seguintes extensões: Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva (ZEE), Plataforma Continental, além das hidrovias e águas interiores brasileiras, dessa maneira, verifica-se o valor geopolítico para o Estado brasileiro da porção austral do Atlântico (Marinha Do Brasil, 2021).

Sob o aspecto econômico, é relevante frisar que cerca de 95% do comércio exterior do país é transportado por via marítima. A predominância da via comercial por mar demonstra a importância do Atlântico Sul para a nação. (Marinha Do Brasil, 2021).

A partir do ano de 2012, o Brasil desenvolveu moderna tecnologia de exploração de petróleo em grandes profundidades, tal capacidade compõe a exploração do Petróleo Pré-Sal. A bacia petrolífera que congrega essa atividade é a Bacia de Santos, onde é desenvolvida a extração de petróleo e gás liquefeito, essas estruturas estão totalmente inseridas na região marítima, revelando o potencial econômico estratégico da “Amazônia Azul”. (Marinha Do Brasil, 2021).

No campo das Relações Internacionais, deve-se considerar a mudança de postura estadunidenses, após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. Após esse evento, os Estados Unidos da América (EUA) direcionaram o seu Poder Marítimo para as ditas “novas ameaças”, como o tráfico ilegal de armas, drogas e a pirataria no campo marítimo internacional. Essas iniciativas tiveram por objetivo propiciar a cooperação marítima entre os países, com a intenção de tornar os oceanos mais seguros, porém traz um novo “player” de relevância ao campo do Atlântico Sul. (De Almeida Silva, 2006)

Sob a ótica do Poder Militar, destaca-se o Golfo da Guiné, que constitui uma relevante região do Atlântico Sul contando com cerca de 70% da produção de petróleo da África e uma crescente ocorrência de crimes relacionados à Pirataria e ao Assalto à Mão Armada, que elevou a insegurança marítima na Costa Africana. (Piteira, 2021)

Nesse contexto, é verificada a crescente demanda de atuação do Estado Brasileiro no Atlântico Sul, em virtude das diversas ameaças e do aumento da presença de atores internacionais, que possuem interesses na região. O protagonismo brasileiro é essencial para a manutenção da liberdade de trânsito e a não-interferência de atores exógenos ao Atlântico Sul.

Sendo assim, o presente trabalho de conclusão de curso foi delineado em torno do seguinte problema: Como as ações brasileiras na ZOPACAS influenciam a liderança do Brasil no Atlântico Sul?

1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS

Conforme Menezes (2001, p. 79) “A pesquisa é fundamentada e metodologicamente construída objetivando a resolução ou o esclarecimento de um problema. O problema é o ponto de partida da pesquisa. Da sua formulação dependerá o desenvolvimento da sua pesquisa.”, verifica-se que o problema de pesquisa é o cerne do trabalho, a busca de respostas para o questionamento, ainda não elucidado com as informações constantes até o momento, guiará a direção dos trabalhos, com o fulcro no esclarecimento da interrogativa proposta junto à abertura do trabalho.

Partindo desse pressuposto, esse trabalho se baseia no seguinte questionamento: “Como as ações brasileiras na ZOPACAS influenciam a liderança do Brasil no Atlântico Sul?”

No contexto do Atlântico Sul, temos uma situação muito peculiar, em relação ao Brasil, segundo Wiesebron (2013) “O Brasil é o maior país, em dimensão territorial, localizado na porção sul do oceano Atlântico, sendo este oceano, por meio de suas rotas, responsável por cerca de 95% do comércio internacional nacional”. Essas características demonstram a dependência do Brasil em relação ao modal marítimo de transporte da porção sul do Oceano Atlântico e explicam a responsabilidade e a liderança que o país deve possuir para a manutenção das suas atividades econômicas e sua soberania sem restrição.

Além disso, outros fatores estimularam a disputa político-militar dos países externos à região do Atlântico Sul, como a distribuição populacional desequilibrada, concentrando a maioria dos habitantes em uma faixa de até 400

km do Oceano Atlântico, a presença de diversas capitais estaduais na região litorânea e, ainda, a descoberta de jazidas de recursos estratégicos ao longo da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), conforme trecho a seguir:

“(...) a zona econômica exclusiva (ZEE) está situada além do mar territorial e a este adjacente, não podendo exceder 200 milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial. Na ZEE, o Estado costeiro possui direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo.” (Cavalcanti, 2011, p. 16)

Nessa conjuntura, o presente estudo pretende levantar subsídios acerca do histórico da ZOPACAS, ações governamentais com o foco na colaboração com os países do entorno estratégico, em relação aos assuntos de política de segurança e diplomacia e, ainda, analisar atores exógenos ao Atlântico Sul que influenciem a dinâmica da região e/ou representem ameaça a soberania dos países, sintetizando, o trabalho busca responder a seguinte interrogativa: **Como as ações brasileiras na ZOPACAS influenciam a liderança do Brasil no Atlântico Sul?**

Com o intuito de levantar ideias relevantes para a elucidação de tal problemática, com a devida fundamentação teórica e a adequada profundidade investigativa, foi definido o seguinte objetivo geral: **analisar as ações brasileiras no contexto da ZOPACAS e as possíveis influências na liderança do Brasil em relação ao Atlântico Sul.**

Para materializar a concretização do objetivo geral de estudo, foram propostos os seguintes objetivos específicos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio investigativo:

- a. Apresentar as principais características do Atlântico Sul, destacando suas potencialidades geopolíticas e econômicas;
- b. Identificar os atores estatais e não-estatais envolvidos na região.
- c. Realizar um breve histórico da ZOPACAS;
- d. Apresentar o histórico das principais ações brasileiras na ZOPACAS e o contexto geopolítico envolvido; e
- e. Identificar a conjuntura atual brasileira no Atlântico Sul e os reflexos para a liderança brasileira.

1.2 DELIMITAÇÃO

A delimitação temporal do estudo terá como ponto de partida o ano de 1986, data de criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. O período compreendido entre a década de 1990 e o início do século XXI foi muito importante para a formação da conjuntura atual do entorno estratégico brasileiro, haja vista que, nessa janela temporal, foi estabelecido as condições para a modificação do mundo bipolar para a Nova Ordem Mundial e, paralelamente, junto ao Ordenamento Mundial, o fortalecimento de novas capacidades nacionais, como a República Popular da China (RPC) e o reestabelecimento da Rússia influenciaram o cenário do Atlântico Sul.

O termo “Entorno Estratégico Brasileiro”, citado na Política Nacional de Defesa 2020 é constituído por região que congrega interesse prioritário para o país, onde está contido a Amazônia Azul, denominação cunhada pela Marinha do Brasil, possuidora de uma infinidade de recursos estratégicos e uma intensa vida marinha. Além disso, esse trabalho corrobora com autores como Guerra (2011), que destaca a importância do Atlântico Sul para o vetor econômico brasileiro, que, atualmente, abarca cerca de 95% do comércio internacional, importação e exportação, gerando relevante economicidade para o transporte de cargas, particularmente, elevadas tonelagens, como é característica do agronegócio brasileiro.

Dessa forma, a confecção do quadro abaixo teve por objetivo a relação entre o questionamento relacionado ao tema proposto com o Objetivo Específico referido, essa situação teve como direção o direcionamento do presente trabalho.

QUADRO 1 - Questões de Estudo

| Questões de Estudo | Objetivos |
|--|-----------|
| 1) Quais são as principais potencialidades do Atlântico Sul em relação às expressões do Poder Nacional Brasileiro? | a |
| 2) No que tange os atores estatais e não-estatais, seguem os seguintes questionamentos: a) Quem são esses “players”? Quais são seus objetivos no Atlântico Sul? b) Quais são as influências desses entes para a consecução da soberania brasileira na Zona Econômica Especial? | b, c |

| | |
|---|------|
| 3) Qual a importância da ZOPACAS para a manutenção da estabilidade no Entorno Estratégico brasileiro? | c |
| 4) Qual é o contexto envolvido nas principais ações brasileiras na ZOPACAS? | c, d |

Fonte: elaborado pelo autor.

1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esse trabalho tem por finalidade resgatar informações, por meio de pesquisa bibliográfica e entrevista, e produzir subsídios atualizados acerca de atores estatais e não-estatais no contexto do Entorno Estratégico, destacar a importância dessa região para as expressões do Poder Nacional Brasileiro e prospectar o cenário geopolítico do Atlântico Sul para os próximos dez anos.

Como produto do Trabalho de Conclusão de Curso, verifica-se a importância da confecção de um Mapa Temático (Apêndice A) com informações qualitativas sobre a presença ou intenção de projeção de Poder por nações exógenas no Entorno Estratégico. Essa criação tem como intenção exemplificar de forma objetiva o contexto atual do Entorno Estratégico Brasileiro. Essa ferramenta visual destaca a grandeza dos “players” envolvidos e possibilita o rápido entendimento por meio da relação entre os entes envolvidos, direcionado pela legenda indicativa das interações.

O referido trabalho se torna relevante por proporcionar uma pesquisa a respeito de um tema atual, por meio do levantamento de dados atualizados, e, ainda, com o foco direcionado para a projeção de poder brasileiro no cenário internacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

O referencial Teórico-Conceitual é a ferramenta de análise que oferece a base de sustentação do trabalho. Essa etapa reveste-se da definição de termos, explicação da metodologia a ser utilizada e conexões. O referencial consiste em fase essencial ao direcionamento das atividades de pesquisa, além do destaque em relação a importância dos termos investigados. Nesse momento, ocorre a conexão do problema de pesquisa aos conhecimentos necessários ao desencadeamento dos trabalhos, conforme Soriano (2004, p. 61) “Isto implica analisar e expor os elementos teóricos gerais e particulares que se entende

serem pertinentes para orientar o processo de pesquisa”.

Nas subfases do referencial Teórico-Conceitual irão ser destacados os termos de maior relevância semântica para o direcionamento dos estudos dessa investigação, ocorrerá a interligação com a metodologia que se pretende executar durante o transcurso dos trabalhos e as conexões ao produto final do estudo, que se revestirá da construção de uma nova ideia, além da consecução de um mapa temático e intuitivo.

2.1 O ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

O entorno estratégico do Brasil é amplamente referenciado nos documentos que tratam da Política e Estratégia do país, tendo sua base conceitual extraída da Política Nacional de Defesa (2020, p.39) “ENTORNO ESTRATÉGICO - Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica”.

Essa região permite a conexão do Brasil com o ordenamento mundial e sua influência marca, diretamente, as expressões do poder nacional do país.

Figura 01 – Entorno Estratégico Brasileiro



Fonte: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/arquivo.pdf, acessado 19 de abril de 2024.

Nesse quesito, depreende-se que essa área de interesse do Brasil é peculiar, pois a relação com o país é bastante intensa, haja vista que possui cerca

de 7409 km¹ de fronteira marítima, por meio da qual é movimentado grande parte do comércio exterior da nação, segundo Fronteiras do Brasil, IPEA (2018, p.155) cerca de “(...) tornam esse tipo de fronteira uma verdadeira “porta” do Brasil para o mundo, englobando 97% dos fluxos de comércio exterior e mais de 90% das vias de comunicação do país.”. Além disso, essa região comporta diversos recursos naturais estratégicos, como reservas de petróleo e gás natural *off-shore*, conforme Fronteiras do Brasil, IPEA (2018 p.155) “(...) 95% do petróleo e 83% do gás natural produzidos no país”.

Nesse sentido, podemos destacar a tecnologia empregada pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), corporação de capital aberto, que possui como acionista majoritário o Governo do Brasil (União), sendo, empresa estatal de economia mista. Esse conglomerado atua no setor de exploração de energia, no campo de hidrocarbonetos, nas seguintes modalidades: exploração, produção, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados. Atualmente, a PETROBRAS lidera a extração de petróleo, majoritariamente nos campos marítimos, conforme figura a seguir:

Figura 02 – Bacias Petrolíferas Marítimas

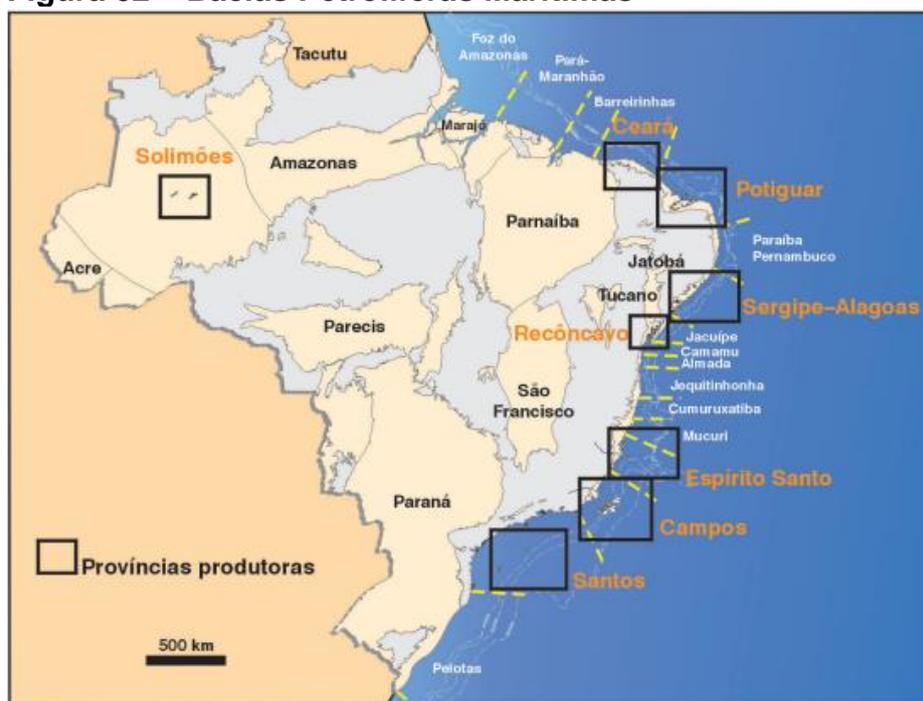


Figura 02 – Bacias Petrolíferas Marítimas

Fonte: https://www.sgb.gov.br/publique/media/recursos_minerais/livro_geo_tec_rm/capX_a.pdf, acessado 19 de abril de 2024.

¹ Extraído do texto de Carlos Meira Matos – Fronteiras do Brasil – Publicado pela Escola Superior de Guerra

Nesse sentido, considerando as características relevantes do Entorno Estratégico para o desenvolvimento nacional brasileiro, verifica-se a importância da execução de ações efetivas por parte do Estado, direcionadas para Liderança Estratégica do país, contribuindo para a estabilidade e a segurança da região.

2.2 A ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS)

Segundo publicação do Governo federal (2014), a ZOPACAS foi criada por intermédio da Resolução 41/11, de 27 de outubro de 1986, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de ser um vetor para a manutenção da paz e a cooperação entre os países. Destaca-se que sua fundação foi iniciativa brasileira, direcionada à ONU, pelo Itamaraty. Em sua evolução, o fórum agregou assuntos estratégicos relacionados aos países membros, evidenciando a liderança brasileira nesse processo, segundo Ministério da Defesa (2014) “o combate à fome e à pobreza; a reforma do Conselho de Segurança da ONU; a discussão de um regime comercial global mais justo; e a utilização da energia nuclear de forma pacífica”.

Esse fórum foi reformulado em 2007, com o surgimento de novas ameaças e o fortalecimento da multipolaridade, conforme descreve (Caldas, 2013, p.10 apud Eli Alves Penha, 2012):

“(...) a revitalização da ZOPACAS a partir de 2007, originalmente proposta como uma forma de impedir a nuclearização do Atlântico Sul no contexto bipolar do século XX, aparece como uma possível anteposição à tentativa dos EUA de estender o alcance da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o Atlântico Sul, e da China em penetrar com suas empresas no apoio para a criação da infraestrutura africana necessária para embasar seu desenvolvimento.”

Atualmente, a ZOPACAS representa o maior Organismo Internacional (OI), localizado no Entorno Estratégico Brasileiro, que possui capacidade e capilaridade para ser uma ferramenta disseminadora da estabilidade na região. Essa instituição possui características singulares, que tornam elevada sua importância para a efetivação da liderança estratégica brasileira. A ZOPACAS possui, atualmente, 24 países signatários², que correspondem a grande maioria

² África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia,

das nações banhadas pelo Atlântico Sul, recebeu a chancela da Organização das Nações Unidas para a fundação e, por último, seu fortalecimento é objetivo dos países de ambos os lados do Atlântico Sul. Nesse sentido, O Brasil é um país membro, proeminente, que pode utilizar esse fórum de interação multilateral de segurança e defesa do entorno, como vetor para o fortalecimento da sua liderança estratégica na região.

A seguir, o mapa identifica a localização estratégica dos integrantes da ZOPACAS para a consecução dos objetivos nacionais propostos pelo Brasil.

Figura 03 – Países membros da ZOPACAS



Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_de_Paz_e_Coopera%C3%A7%C3%A3o_do_Atl%C3%A2ntico_Sul#/media/Ficheiro:Map_of_ZPCAS_member_states.svg, acessado 19 de abril de 2024.

2.3 A AMAZÔNIA AZUL

Conforme Abdenur & Souza Neto (2014), a partir de 2004, o Comandante da Marinha trouxe o conceito de Amazônia Azul ao público, com objetivo de enaltecer as potencialidades da área, que foi comparada a Floresta Amazônica em termos de exuberância e recursos naturais e, ainda, destacar a importância da atualização dos meios navais para a defesa da região. Além disso, a fundação do termo “Amazônia Azul” teve por objetivo aproximar a população da ideia de soberania brasileira sobre o mar, conforme o Direito do Mar³.

Ainda, sobre a definição de Amazônia Azul, temos as informações de Wiesebron (2013): “O termo Amazônia Azul foi lançado para chamar a atenção

Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai

³ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 10 de dezembro de 1982

quanto às imensas riquezas da área oceânica sob a jurisdição brasileira. Essa área abrange a ZEE de 200 milhas náuticas, com uma superfície de 3.539.919 km².

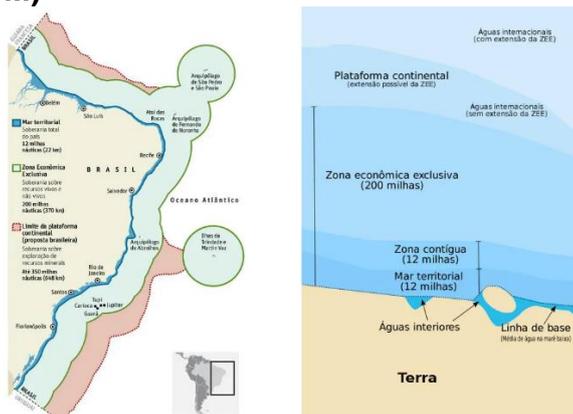
Essa definição possui crucial relevância para as atividades de extração dos recursos minerais estratégicos, particularmente para a exploração dos hidrocarbonetos pela PETROBRAS, haja vista que a produção brasileira majoritariamente possui origem em plataformas marítimas, conforme informação, relativa ao ano de 2022, da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustível (2022, grifo nosso): “Com relação à origem da produção, os campos marítimos produziram **97,7% do petróleo e do gás natural do país**. A produção ocorreu em 6.546 poços, sendo 539 marítimos e 6.007 terrestres.”

A evolução da demarcação da Amazônia Azul teve origem na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), finalizada em 10 de dezembro de 1982, na cidade de Montego Bay, na Jamaica. O Brasil, ainda ratificou esse acordo em 1993, por meio do estabelecimento de Lei Federal nº 8617, de 4 de janeiro de 1993. Uma das grandes contribuições para o Direito do Mar foi o estabelecimento de conceitos importantes, como o Mar Territorial, que possui o limite de 12 milhas náuticas (MN); a Zona Contígua, que possui limite de 24 MN e, ainda, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), cujo limite é de 200 MN, nessa faixa, o Brasil possui soberania com o intuito de exploração dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, conforme (Lei Federal nº 8617/1993).

Tendo como parâmetro a expressão econômica, a Amazônia Azul é responsável pelo fluxo do intenso comércio exterior brasileiro e, ainda, por meio das plataformas marítimas, essa região contribui com cerca de 91% do petróleo e 73% do gás natural (Galante, 2018).

Os domínios marítimos brasileiros da Amazônia Azul, no escopo da análise do meio ambiente, contam com elevada riqueza em biodiversidade, fauna e flora submersa, além do benefício da regulação do clima, por meio da absorção e liberação de grandes quantidades de calor, através do ciclo das chuvas e movimentos de massas de ar (Galante, 2018).

Figura 04 – Mapa da Amazônia Azul e conceitos do Direito do Mar (CNUDM)



Fonte: <https://www.tempo.com/noticias/actualidade/amazonia-azul.html>, acessado 19 de abril de 2024

Nessa região, devido as características apresentadas, é verificado, durante o século XXI, o aumento das tensões pelos países exógenos à área, o que justifica a necessidade de ações efetivas do Brasil, no que tange à política de segurança, diplomacia e cooperação com os países africanos, propiciando a liderança relativa no Entorno Estratégico e a estabilidade da região.

2.4 A LIDERANÇA ESTRATÉGICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO ATLÂNTICO SUL

O conceito de liderança estratégica brasileira, em relação aos rumos do Atlântico Sul, torna-se imprescindível para a própria consecução da soberania do país e para a estabilidade da região. Nesse contexto, podemos destacar o termo Estratégia Nacional, esse conceito conforme o Manual de Fundamentos de Estratégia do Exército Brasileiro (2020, p. 22), possui a seguinte descrição: “arte de preparar e de aplicar o Poder Nacional para alcançar e preservar os Objetivos Nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional”. Ainda, sobre a liderança estratégica, o referido manual, Brasil (2022, p. 23) explicita a seguinte assertiva: “É o líder estratégico quem mais deve exercitar a arte de implementar estratégias que congreguem o esforço nacional ou institucional para a consecução dos objetivos pretendidos pela nação ou pela organização.”

Pela análise dos conceitos e avaliando os países componentes do Atlântico Sul, verifica-se que a situação do Brasil nesse contexto é peculiar, sendo diferente dos eixos comerciais tradicionais do Ordenamento Mundial. Destaca-se que, de forma contrária ao Eixo do Atlântico Norte, que liga os Estados Unidos da América e a Europa, ou ainda, o Entorno Indo-Pacífico, que conecta a Ásia à América, no Atlântico Sul, no caso do Atlântico Sul, devido as potencialidades do Brasil, o país deve conduzir as ações estratégicas na região.

A função de líder regional cresce de importância, à medida que, caso a proeminência brasileira não seja efetivada com eficiência, essa região estratégica ficará submetida à possível influência de potências hegemônicas mundiais. Essa situação se confirma, pois nos outros panoramas citados, podemos verificar a presença de países de relevância que podem se complementar em uma ação conjunta, a fim de se atingir os objetivos pretendidos por eles. No caso do Atlântico Sul, justificada pela discrepância dos poderes nacionais entre o Brasil e os demais integrantes desse conjunto, cabe ao referido país, a liderança das ações.

A partir da realização de um breve apanhado histórico, verifica-se que o cenário geoestratégico consolidado, a partir da segunda década do Século XXI, exige que os vetores da Defesa e das Relações Internacionais devam trabalhar em paralelo, conforme a Política Setorial de Defesa 2020 - 2031 (PSD 2020 – 2031) e o Objetivo Setorial de Defesa (OSD) nº 01 – CONTRIBUIR PARA A DISSUASÃO. Nesse objetivo, há menção em PSD (2020-2031, p. 11) “Estruturar e manter forças cujas capacidades militares de defesa e estado de prontidão sejam suficientes para desestimular possível agressão militar”. A outra vertente que merece a atenção é a cooperação entre os países, nesse sentido, o Brasil possui como ferramenta indutora dessa relação, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Atualmente, com o acirramento da disputa econômica entre a China e os Estados Unidos da América, a busca por novos espaços torna-se decisiva para a manutenção do crescimento econômico e o estabelecimento de vínculos que propiciem bases de matérias-primas e mercado consumidor para produtos de médio e alto valor agregado. Nesse arcabouço, destaca-se a crescente influência chinesa no entorno estratégico brasileiro, seja por meio de acordos

econômicos, através de bancos estatais ou investimentos em infraestrutura, congregado por meio da Nova Rota da Seda, que é descrita no seguinte trecho:

“A Nova Rota da Seda é uma iniciativa para securitizar a China em várias direções: através da potencialização de suas conexões comerciais (ampliação de mercados para exportação), da diversificação de fornecimento de recursos energéticos e alimentar (a partir do aperfeiçoamento das redes logísticas terrestres e marítimas), securitização militar através da atuação da China Ocean Shipping Company (Cosco) no exterior, dando acesso à Marinha do Exército Popular da China (Plan) a portos por todo o mundo (...)” (Salvagni, 2022, p.14)

Diante do exposto, a liderança brasileira na região do Atlântico Sul torna-se inegociável e o papel da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) se avulta de importância, pela necessidade de alinhar os esforços dos países integrantes da América do Sul e da porção Oeste da África com o objetivo de garantir a segurança marítima e a soberania em suas Zonas Econômicas Especiais.

Dessa forma, verifica-se que a adoção de ações estratégicas política-militares pelo Brasil, no contexto do Atlântico Sul, tendo como ferramenta de atuação e colaboração a ZOPACAS, se reveste de fundamental importância para o atingimento da liderança estratégica na porção austral do Atlântico.

A fim de aprofundar o conceito de Líder Regional, podemos nos basear nas assertivas do cientista político Daniel Flandes, esse autor elenca as principais características de um líder regional: inicialmente, abarca sobre a formulação do desejo de liderança; após, descreve sobre a necessidade de posse de recursos de poder, necessários para a liderança, se referindo às expressões do Poder Nacional, descreve, ainda, que o emprego de instrumentos de política internacional é essencial para a efetivação da liderança; e por último, relata sobre a importância da aceitação das ações do líder pelos países subordinados (Flandes, 2007).

Há referências também, de autores brasileiros, tradicionais do estudo geopolítico, que destacam aspectos que conduzem o país a sobressair sua relevância no âmbito internacional. Therezinha de Castro, especializada em Geopolítica, elenca sete condições para determinação do país como “Nações Emergentes”, no âmbito do Ordenamento Mundial, são elas, segundo Castro (1994): “superfície territorial maior que 5 milhões de km², continentalidade territorial, acesso direto e amplo ao oceano, recursos naturais estratégicos

essenciais, população maior que 100 milhões de habitantes, densidade demográfica maior que 10 hab/km² e homogeneidade racial”. Nesse contexto, verifica-se que o Brasil reúne boas condições para exercer a liderança regional no Atlântico Sul, do ponto de vista geopolítico, frente às possíveis ameaças do Século XXI.

Outro autor brasileiro de relevância que pode ser mencionado é Carlos Meira Matos, militar do Exército, pensador geopolítico de renome, que cunhou o termo Brasil Potência em seus estudos. Esse pensador geopolítico teve como gênese as ideias expostas por seu antecessor, Mário Travassos, em sua obra “Projeção Continental do Brasil”, porém desenvolveu características próprias em seu acervo, que relatou as interações entre países, como sendo relações de poder e defendeu a aproximação das relações geográficas com a política do governo. Nesse sentido, elencou os seguintes fatores para que o Brasil alcançasse o status de potência, conforme Matos (1975): “Dimensão geográfica; População; Posse de imensos recursos naturais; Capacidade industrial, tecnológica e científica; e Coesão interna”. As ideias principais de Meira Matos corroboram, em maior ou menor grau, com os demais geopolíticos citados.

Por fim, os autores geopolíticos estruturaram seus estudos em aspectos calçados na Expressão do Poder Nacional, em relação aos vetores: econômico, político, militar e psicossocial, por meio dos quais, determinado país possui maior ou menor capacidade de liderar os demais no Sistema Internacional. O quadro abaixo possui o objetivo de relacionar as características nacionais e as justificativas que conferem a nação capacidade de exercer liderança estratégica em sua área de influência.

TABELA 1. Características de um líder regional

| Características | Justificativa |
|---------------------------------------|---|
| Nacionais | |
| Estabilidade política e institucional | Fundamental para a ascensão de um país no cenário internacional, pois proporciona um ambiente previsível para investimentos e relações diplomáticas |
| Desenvolvimento econômico e social | O crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento social são a base para um líder regional. Isso envolve políticas |

| | |
|--|--|
| | que promovam a inclusão social, redução da desigualdade e fortalecimento da economia. |
| Capacidade de projeção regional e global | Refere-se a capacidade de influenciar e participar ativamente de assuntos do ordenamento mundial, envolve a construção de alianças estratégicas, participação em organizações internacionais e liderança em questões de interesse. |
| Capacidade de defesa e segurança | Propriedade fundamental para a manutenção de sua estrutura nacional e o fortalecimento da credibilidade em relação aos países liderados. |

Fonte: elaborado pelo autor, baseado em (Matos, 1975) (Castro, 1994) e (Flemes, 2007)

2.5 ÓBICES PARA A CONSECUÇÃO DA LIDERANÇA REGIONAL BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL

A fim de verificar os possíveis obstáculos para a consecução da Liderança Regional Brasileira no Atlântico Sul, devemos nos fundamentar acerca do conceito de óbice, obtido do Manual de Fundamentos de Estratégia, 2020, com o seguinte texto:

2.2.3.1 São obstáculos de toda ordem que dificultem ou impeçam a conquista ou a manutenção de objetivos.

2.2.3.2 Os óbices, existentes ou presumíveis, podem dificultar ou impedir ações nas áreas estratégicas. Em termos nacionais, podem ser de ordem material ou intangíveis. Resultam da natureza (secas, inundações), de fatos sociais (pobreza, analfabetismo) ou da própria vontade humana. Podem decorrer de condições estruturais ou conjunturais e variar na essência, na intensidade e na forma como se manifestam. Enquadram-se nesse contexto as vulnerabilidades de um país, quais sejam, aqueles pontos fracos que podem ser aproveitados pelo poder adverso em caso de confronto. Para as vulnerabilidades, deve haver ações estratégicas que impeçam sua utilização pelo oponente (Brasil, 2020, P 2-2)

Ainda, no Manual de Estratégia, 2020, verifica-se a correlação entre a tríade Poder, Política e Estratégia, e a relação das aplicações dos Poderes Nacionais para a superação dos óbices encontrados.

1.4.3.5 Poder, Política e Estratégia formam a trilogia fundamental da denominada "teoria do poder", que, em síntese, concebe a Política como o farol que ilumina a aplicação do Poder e que orienta a Estratégia na alocação dos meios e na formulação das ações **que irão permitir a superação de óbices na busca de objetivos**. Política (objetivos) sem Poder (meios) a nada conduz; ambos, Política e Poder,

sem Estratégia (modos) caem no vazio, ou seja, não há resultados.
(Brasil, 2020, P 1-8, grifo nosso)

Nesse contexto, o início do Século XXI trouxe novas ameaças ao Atlântico Sul e a elevação da demanda por liderança regional protagonizada pelo Brasil, como pivô central que delinea as relações internacionais, materializada pelo acrônimo VUCA, do inglês (Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity), com a seguinte tradução (Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade), cunhado por T. Owen Jacobs, no livro *Strategic Leadership: The Competitive Edge*, sendo popularizado entre diversos autores. Esse termo refere-se ao choque entre os diversos entes Estatais e Não-Estatais, no contexto mundial.

Um dos fatores que modificou o contexto mundial, foi a entrada da República Popular da China (RPC) na Organização Mundial do Comércio, conforme passagem de Thortensen:

A entrada da China na organização foi consequência, de um lado, da opção de seu governo em adaptar um modelo econômico baseado nos princípios socialistas de economia planejada em um modelo de economia de mercado, designado por economia socialista de mercado, bem como estabilizar as relações comerciais com os demais países. (...). Em síntese, os interesses foram satisfeitos dos dois lados: **a China, ao transformar o comércio internacional em ponto central da sua política de crescimento, necessitava da garantia das regras da OMC de que suas exportações não seriam discriminadas; e os demais membros da OMC, atraídos pelo vasto mercado chinês, em fase de abertura, consideravam que as regras existentes seriam garantia de que a invasão dos produtos chineses poderia ser controlada.** (Thortensen, 2010, grifo nosso)

Esse fato ocorrido em 2001, proporcionou o desenvolvimento econômico chinês, que gerou maior Poder Nacional do país e capacidade de influenciar as relações internacionais, assim, sua capilaridade se estendeu através dos oceanos, por meio de iniciativa de investimento em países e empréstimos bancários. Dessa forma, a RPC aproximou-se do Atlântico Sul por meio da ligação econômica com os países da África, conforme figura a seguir:

Figura 05 – Investimento chinês no continente africano



Fonte: <https://www.naval.com.br/blog/2023/01/19/a-expansao-chinesa-no-atlantico-sul-e-a-construcao-de-base-naval-em-ushuaia>, acessado 22 de abril de 2024

Outro óbice para liderança regional do Brasil, no escopo do Entorno Estratégico, seria a existência de domínios históricos de países europeus na região. Tradicionalmente, a relevância estratégica do Atlântico Sul foi norteadada pelo desenvolvimento das Grandes Navegações e a evolução das trocas comerciais até o Século XIX. Nesse sentido, a presença europeia se intensificou por meio de posses inglesas e francesas, essa histórica ocupação se reveste de fator complicador para o exercício da liderança estratégica regional brasileira, a exemplo do conjunto de ilhas britânicas: Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Gouch, Sandwich do Sul, Geórgia do Sul, Orcadas do Sul e Malvinas. Já a França concentrou seu interesse no Atlântico Sul, por meio da posse da Guiana Francesa, território ultramarino francês, posição estratégica na região. (Padilha, 2015).

Ainda, a presença de outros atores internacionais de peso, como a China, contribui para esse aumento de tensão. Ações chinesas de expansão caracterizam-se como óbice para o processo de liderança brasileira, o que pode ser materializado, como a tentativa de construção da Base Naval de Ushuaia, na Argentina. Sua concretização possibilitaria à Marinha do Exército de Libertação Popular exercer influência em uma região estratégica do hemisfério austral, passagem entre os Oceanos Atlântico e Pacífico e, ainda, estabelecer uma base faixa próximo a Antártica, conforme artigo do (Prof. Dr. Ricardo Cabral, 2023).

Figura 06 – Mosaico: posses europeias e intensões chinesas no Atlântico Sul



Fonte: <https://www.defesaaereanaval.com.br/aviacao/perspectivas-de-conflitos-no-atlantico-sul-reflexos-para-a-defesa-nacional>, acessado 22 de abril de 2024.

Outro óbice a ser levantado seriam os crimes ambientais, essa situação se configura como ameaça, devido aos impactos negativos junto à atividade econômica, sendo o turismo, ainda mais prejudicado. Além disso, essa ocorrência impõe degradação à saúde pública e, ainda, restrições à atividade Portuária (Marinha Do Brasil, 2020).

Esse tipo de ocorrência pode ser gerado pelo tráfego sem controle de navios exploradores de recursos minerais e energéticos. O descarte e a limpeza indevidos podem contribuir com a disseminação de lixo e petróleo na água, desequilibrando a fauna marinha e a cadeia alimentar, impactando negativamente a atividade econômica do país (NEPOMUCENO, 2021). Em relação a esfera oceanopolítica, temos óbice, junto à liderança regional brasileira, direcionada pelo eminente risco de “securitização”⁴ de uma possível ingerência estrangeira para proteger a pauta ambiental, com respaldo da opinião Pública Mundial. (Brasil, 2020a)

Outro óbice se caracteriza pela pesca ilegal, que gera um prejuízo da ordem de 23 bilhões de dólares⁵ ao ano, em todo o mundo. No contexto da América Latina, mais de 2,4 milhões de pessoas⁶ dependem da pesca como atividade econômica principal e são prejudicadas por essa prática ilícita. Além

⁴ Cordeiro (2019): Securitização pode ser entendida como a possibilidade de um determinado tema passar a ser visto como ameaça à existência do Estado que desencadeará uma ação estatal emergencial, pontual e localizada fora da política comum e cotidiana de governo.

⁵ Conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2018

⁶ Conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2019

do reflexo econômico, a pesca ilegal danifica o meio ambiente e a biodiversidade marítima.

Um ponto de inflexão para o desenvolvimento da liderança regional brasileira é a limitada capacidade do Poder Naval do Brasil em face dos desafios e ameaças encontradas no Entorno Estratégico. Atualmente, apesar do Brasil possuir força relevante, o meio naval ainda é insuficiente para garantir uma presença contínua e efetiva no Atlântico Sul em sua totalidade. Nesse sentido, a capacidade militar apresenta oportunidades de melhoria que devem ser exploradas para que o potencial naval seja acrescido, tais como: frota envelhecida e necessidade de modernização, capacidade de projeção de poder e mobilidade, capacidade limitada de submarino, falta de navios anfíbios e de logística, além de Desafios Orçamentários. É relevante considerar, ainda, que, conforme Gheller (2015, p. 168), “(...) não existe nenhum país banhado pelo Atlântico Sul que tenha capacidade naval efetiva para exercer controle ou garantir a segurança da navegação nessa vasta área.”.

Ademais, outro obstáculo encontrado pela liderança estratégica a ser exercida pelo Brasil é a elevação de incidência de casos de pirataria, particularmente no Golfo da Guiné. O relatório acerca da pirataria e roubo de cargas nessa região elevou de 64 para 82 casos, ocorridos no ano de 2019. Além disso, a insegurança de tráfego nessa rota marítima chamou atenção da União Europeia, que passou a integrar o Plano Yaris, com receio de perdas econômicas, constituído por duas vertentes: capacitação dos meios navais locais e a intensificação de Exercícios Militares na área, conforme (Boletim Geocorrente, Mar/2021).

Figura 07 – Mapeamento dos crimes de pirataria e roubo marítimo com auxílio de navios



Fonte:

<https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/Boletim%20Geocorrente%20134%20-%202011%20FEVEREIRO%202021.pdf>, acessado 22 de abril de 2024.

Nesse sentido, verifica-se que os óbices encontrados junto ao Entorno Estratégico Brasileiro, avultam de importância a urgência do estabelecimento de ações efetivas brasileiras, em relação à política de segurança, a diplomacia e a cooperação entre os países, que possam objetivar a consecução da liderança estratégica brasileira. Esse movimento tem por intuito a garantia da segurança e paz no Entorno Estratégico e o afastamento de intervenções externas por parte de nações exógenas à região citada.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem por finalidade demonstrar as ferramentas que foram utilizadas para a análise do contexto da região do Entorno Estratégico Brasileiro e informação acerca dos pontos mais importantes destacados no trabalho, como: a capacidade de liderança estratégica do país, possibilidades dessa área delimitada e ameaças encontradas ao desenvolvimento do país. Outrossim, verifica-se que esse tema permeia o fortalecimento do Poder Nacional Brasileiro, devido as peculiaridades das expressões econômica, política e militar, relacionado às áreas limediras e a fronteira marítima.

A fim de atingir esses propósitos será apresentado a seguinte subdivisão, para melhor elucidar o andamento dos trabalhos. Inicialmente, será exposto o desenho da pesquisa, oportunidade em que será demonstrado o conjunto de processos metodológicos utilizados. Na sequência, será exposta a estratégia de

pesquisa, espaço que trata da forma como foram processados a coleta de dados e o tratamento das informações ao longo da pesquisa. E, por fim, ocorrerá a demonstração do cronograma, que permite verificar, de caráter geral, o andamento dos trabalhos até a sua conclusão.

3.1 DESENHO DA PESQUISA

A sistematização do processo da pesquisa é imprescindível para a adequada contextualização do leitor, haja vista que esse ponto é caracterizado pela reunião dos procedimentos metodológicos utilizados, tendo como pressuposto central, o atingimento da resposta ao problema de pesquisa estipulado no início dos trabalhos. De acordo com Silva (2018, p. 8), o desenho da pesquisa “(...) deve ser feito antes da pesquisa em si, ou se refere a uma etapa anterior, e conjuga teoria (ao falar do modelo), técnicas (ao falar dos dados) com a pretensão de se conhecer mais (ao falar da inferência) sobre o objeto de estudo (que depende de sua caracterização).”, o que ratifica a importância desse capítulo.

Nesse sentido, essa investigação adota uma abordagem dialética, visto que ocorre o levantamento inicial do seguinte problema: **Como as ações brasileiras na ZOPACAS influenciam a liderança do Brasil no Atlântico Sul?** E por conseguinte, será executado um confronto dessa situação, com informações levantadas por meio de pesquisa bibliográfica e entrevista, a fim de compreender a realidade do Entorno Estratégico Brasileiro e os reflexos desse contexto para o país. Por fim, será emanado a síntese resultante desse confronto, buscando a compreensão profunda e integrada da realidade. Esse mecanismo se caracteriza por ser cíclico e evolutivo, conforme a argumentação de que a abordagem dialética descreve que as relações sociais estão em constante evolução e os fenômenos devem ser compreendidos em suas relações contraditórias (Libâneo, 1994)

Quanto ao método procedimental, esta pesquisa se caracteriza como histórica, haja vista que no contexto do trabalho foram analisados e interpretados os fatos históricos e atuais para entender com maior profundidade e de forma assertiva o contexto do Entorno Estratégico Brasileiro, com enfoque na consecução das ações estratégicas brasileiras nos campos da política de segurança, diplomacia e cooperação, a fim de garantir que o Atlântico Sul

permaneça seguro e livre de intervenções externas. Esse método procedimental é relevante para a compreensão do contexto atual do Atlântico Sul e as relações carreadas pelos países e atores externos. O método procedimental histórico enfatiza a verificação dos processos e eventos do passado, podendo aplicar a essa narrativa, a interpretação teórica dos fatos, para a compreensão do momento atual (Barros, 2014), em nosso trabalho, o Entorno Estratégico Brasileiro.

Ao se avaliar os objetivos, este trabalho pode ser configurado como exploratória, haja vista que tem por intenção responder o Objetivo Geral de conhecer as ações estratégicas brasileiras no contexto da ZOPACAS, com o foco nos interesses e possíveis ameaças de atores internacionais em relação ao Atlântico Sul.

Por fim, quanto ao desenho, esta pesquisa se aproxima de uma teoria fundamentada, tendo em vista que o tipo de problema é uma abordagem qualitativa que explicita a realidade atual por meio da análise de dados coletados e das ações dos atores envolvidos no processo, países membros do Entorno Estratégico Brasileiro e “players” externos. A teoria fundamentada é relevante para o objetivo a que se propõe esse trabalho, haja vista que possui como pressuposto a formulação de teoria com base nos dados coletados de forma categorizada (Gil, 2008).

Dessa forma, para atingir o Objetivo Geral de analisar as ações estratégicas brasileiras no contexto da ZOPACAS, interesses e possíveis ameaças de atores internacionais em relação ao Atlântico Sul, este estudo teve como base um plano investigativo que pode ser visualizado no Quadro 2.

QUADRO 2 – Desenho da Pesquisa

| PROBLEMA | OBJETIVO GERAL | OBJETIVO ESPECÍFICO | PROCEDIMENTO | INSUMO | PRODUTO |
|--|--|---|--|---|---|
| Como as ações brasileiras na ZOPACAS influenciam a liderança do Brasil no Atlântico Sul? | Analisar as ações brasileiras no contexto da ZOPACAS, interesses e possíveis ameaças de atores internacionais em relação ao Atlântico Sul. | 1. Apresentar as principais características do Atlântico Sul, destacando suas potencialidades geopolíticas e econômicas | Pesquisa Documental Levantamento de Dados | - Relatórios Operacionais- - Reportagens da mídia - Artigos Científicos | -Obter informações fidedignas sobre o assunto |
| | | 2. Identificar os atores estatais e não estatais envolvidos na região. | Pesquisa Documental | - Livros e Artigos Científicos | Obter a consciência situacional acerca dos atores envolvidos |
| | | 3. Realizar um breve histórico da ZOPACAS. | Pesquisa Documental | - Livros e Artigos Científicos | Conhecer a evolução histórica da ZOPACAS |
| | | 4. Apresentar o histórico das principais ações brasileiras na ZOPACAS e o contexto geopolítico envolvido. | Levantamento de Dados | - Documentos de relevância | Compilar as ações efetivas do Brasil dentro do contexto geopolítico vigente |
| | | 5. Identificar a conjuntura atual brasileira no Atlântico Sul | Pesquisa Documental | - Artigos Científicos e documentos de pensadores geopolíticos | Entender a posição atual brasileira e as possibilidades futuras de liderança em seu entorno estratégico |

Fonte: elaborado pelo autor.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

O referencial teórico-conceitual foi capaz de desenvolver alguns conceitos relevantes para a consecução do estudo, tais como a definição de Entorno Estratégico Brasileiro, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a Amazônia Azul e, ainda foi realizado a introdução a respeito da liderança estratégica brasileira e os óbices para sua efetivação. O core da investigação se debruça nesses principais conceitos que carregam os objetivos específicos, sendo adotado o procedimento metodológico da análise de conteúdo para o prosseguimento dos trabalhos.

3.2.1 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de revisão documental e entrevista direcionada a profissionais da área. No quesito revisão documental, verifica-se que essa metodologia de coleta de dados se reveste de técnica para análise e interpretação de documentos que contenham informações relevantes para o estudo. No caso em tela, os documentos foram, particularmente, publicações, registros oficiais e livros. Esse tipo de pesquisa é efetiva por meio de investigação qualitativa, haja vista que reforça a análise de documentos previamente construídos, que possuem a capacidade de revelar dados importantes para a compreensão da questão, ainda confirma informações extraídas por outros métodos e fornece arcabouço conceitual e histórico (Marconi, 2010).

Em relação a entrevista, esse dispositivo de coleta de dados pode ser útil em pesquisas qualitativas, como forma de explorar percepções e opiniões dos entrevistados acerca do tema em questão, ratificado pela valorização das particularidades dos entrevistados, de acordo com Medina (2011, p. 8), “constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano”.

Essas ferramentas foram utilizadas tendo como direção a resposta ao problema de pesquisa, por meio da perseguição dos objetivos específicos que permeiam o cerne do trabalho, o planejamento é utilizar a revisão documental todo o tempo e a entrevista, seria como ferramenta auxiliar, a fim de complementar as lacunas não esgotadas pela busca de dados documentais.

Em relação as limitações e restrições encontradas, verifica-se que a pesquisa tem por objetivo levantar de forma pormenorizada, assuntos afetos a liderança estratégica brasileira e seu papel na ZOPACAS, e por vezes, pela limitação do trabalho ou das fontes de consultas, a conclusão acerca dos dados levantados podem não considerar relevantes interações brasileiras no contexto do Entorno Estratégico ou dados atualizados, no que tange, a importância do Atlântico Sul.

As limitações e restrições encontradas podem impactar o resultado do trabalho por não considerar ações, que porventura, não foram analisadas ou disponíveis junto aos meios utilizados. Essas lacunas podem traduzir um quadro geopolítico, tendo como personagem central, o Brasil, que não condiz a realidade nacional. Entretanto, a consecução do estudo, apesar de poder conter limitações, próprias das ferramentas utilizadas e o tempo disponibilizado, se reveste de importante oportunidade para a montagem de um quadro atualizado, em relação as ações brasileiras, na concepção de seu entorno estratégico.

Como limitação e restrições, verifica-se que, de acordo com as fontes pesquisadas e o viés adotado, uma visão mais ampla pode ser tolhida, devido a restrição de tempo e as particularidades da bibliografia adotada. Ainda, registra-se que, em grande parte do estudo, foram estabelecidos como parâmetros autores brasileiros, artigos da Biblioteca Digital do Exército Brasileiro e fontes abertas de instituições governamentais, o que garante um panorama diversificado, porém não esgotados de dados a serem levantados. Os resultados foram delimitados pelas seguintes palavras-chave: Liderança estratégica, Entorno Estratégico Brasileiro, Atlântico Sul, Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

3.2.2 Tratamento de Dados

Em relação à pesquisa científica, onde predomina o levantamento de dados qualitativos, o método de tratamento de dados utilizado foi o de Análise Temática. Essa técnica de análise qualitativa é frequentemente utilizada para identificar, analisar e relatar padrões (ou "temas") dentro de dados. Essa abordagem é destacada pela sua flexibilidade e aplicabilidade em diferentes contextos e disciplinas. A análise temática tem como objetivos a organização e

a descrição detalhada de dados coletados, o que facilita a interpretação de aspectos relevantes ao tema de pesquisa. Ainda, oferece método estruturado para transformar dados complexos em descobertas significativas e compreensíveis, alinhados ao Objetivo Geral do estudo proposto. A Análise Temática representa um dos pilares mais básicos da pesquisa qualitativa e permite ao trabalho científico liberdade teórica, além de representar instrumento de pesquisa flexível e prática, que gera um conjunto detalhado de insumos, a fim de elucidar um problema (Braun e Clarke, 2006).

No próximo capítulo, o direcionamento da análise temática se dará por agrupar os assuntos em perspectivas que procuram estar relacionadas, e em conjunto esgotam de subsídios o objetivo a que se propõe a pesquisa. Serão abordados os seguintes assuntos:

1. As principais características do Atlântico Sul, destacando suas potencialidades geopolíticas e econômicas;
2. Os atores estatais e não estatais envolvidos na região;
3. Um breve histórico da ZOPACAS;
4. O histórico das principais ações brasileiras na ZOPACAS e o contexto geopolítico envolvido; e
5. Conjuntura atual brasileira no Atlântico Sul.

4 INTERESSES ESTRANGEIROS E INSTABILIDADES OCORRIDAS NO ATLÂNTICO SUL

4.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN)

A presença da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Atlântico Sul é situação indesejável a diplomacia brasileira, esse tema tem sido debatido pelo Palácio do Itamaraty desde a década de 1960, oportunidade em que o Brasil deixou claro aos estadunidenses que eram contrários a presença em seu entorno estratégico. Essa intenção norte-americana foi materializada em ações, como a gradativa transferência de comércio de hidrocarbonetos do Oriente Médio para o Golfo da Guiné, a aproximação militar dos Estados Unidos da América (EUA) a fim de coibir a instabilidade marítima na Costa Atlântica da África e a observação constante dos grupos terroristas que se expandem no litoral oeste do continente africano pela reestabelecida Quarta Frota Naval Americana, em 2008. O óbice relacionado a limitada capacidade naval dos países do Atlântico Sul é situação agravante nesse contexto. A ausência de um

poder naval robusto no Atlântico Sul acaba atraindo capacidades militares do hemisfério Setentrional, interessados em investimentos econômicos sob a égide da estabilização da região, por vezes, solicitados pelos países, particularmente os africanos.

4.2 Focos de Instabilidade

Na região do Entorno Estratégico do Brasil ocorrem focos de instabilidade, particularmente na costa africana. Essa situação se agrava devido à instabilidade política, econômica e social presente junto a governança da Nigéria, país emergente e maior produtor de petróleo do continente africano. A conjuntura negativa é potencializada pela influência política e econômica externa ao continente, capilarizadas pela segurança energética perseguida pelos países europeus e pelos Estados Unidos. A insegurança marítima na Costa Oeste da África direcionou a atenção dos países referenciados que passaram a atuar por meio de exercícios militares, como a **Operação Flintlock**, exercício de caráter anual, liderado pelos Estados Unidos da América, objetivando o treinamento de forças especiais de países do Sahel e do Magrebe Ocidental para operações de contraterrorismo e estabilidade, o **Obangame Express**, exercício naval multinacional liderado pelos Estados Unidos, focado na segurança marítima e na interdição de tráfico ilícito no Golfo da Guiné e o **African Lion**: embora seja mais comum na região norte e oeste da África, este exercício militar anual envolve uma ampla gama de operações militares, incluindo treinamento em combate, operações humanitárias e ajuda em desastres, a fim de dirimir o estado de instabilidade crescente encontrado a partir de 2001.

5 AS INICIATIVAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DO ENTORNO ESTRATÉGICO

5.1 O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL (SISGAAZ)

O SiSGAAz é um sistema de vigilância que tem por objetivo a proteção e o monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) do Atlântico Sul, que constitui importantes ações estratégicas na expressão militar. A Marinha do Brasil, em cooperação com agências e órgãos estatais, supervisiona a implementação e a evolução do projeto que fortalece a manobra estratégica, sendo considerado proteção a ameaça ou crime que possa ocorrer no âmbito da

Amazonia Azul, representado cerca de 22 milhões de km². Essa sistemática favorece a liderança estratégica brasileira na face austral do Atlântico.

O SisGAAz conta com equipamentos e sistemas de rastreamentos situados em terra e em embarcações, além de dispositivos ópticos que permitem a fusão de informações, destaque para o Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades de Petróleo (SIMMAP), o Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LRIT), o Sistema de Informação Sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) e o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), conforme (MARINHA, 2021), que contribuem com a construção da consciência situacional brasileira e maior capacidade dissuasória de ameaças que possam surgir.

5.2 DEFESA CIBERNÉTICA

Conforme consta na Estratégia Nacional de Defesa, ano 2020, a defesa cibernética é ação preponderante para a expressão militar e dissuasão no entorno estratégico de defesa, pois permite a proteção de infraestrutura crítica, a consecução da segurança nacional, preservação da privacidade e proteção da economia. De acordo com a seguinte definição, a Defesa Cibernética se constitui:

conjunto de ações ofensivas, defensivas e exploratórias, realizadas no Espaço Cibernético, no contexto de um planejamento nacional de nível estratégico, coordenado e integrado pelo Ministério da Defesa, com as finalidades de proteger os sistemas de informação de interesse da Defesa Nacional, obter dados para a produção de conhecimento de Inteligência e comprometer os sistemas de informação do oponente (Ministério da Defesa, 2014).

No âmbito do Atlântico Sul, gera projeção de Poder Geopolítico, à medida que esse conjunto de ações propiciam a estabilidade do sistema de informações necessários ao desenvolvimento nacional e relevante a defesa da fronteira marítima brasileira. A Estratégia Nacional de Defesa elencou três setores considerados críticos para a consecução dos Objetivos Nacionais: Nuclear, Espacial e Cibernético. Sendo que esse último, possui uma característica específica que se reveste da crescente dependência da rede mundial de computador em relação às atividades cotidianas, acarretando vulnerabilidades cibernéticas e ameaças externas às instituições governamentais, sistemas contendo informações sensíveis e estabilidade

estruturas estratégicas (EPEX, 2021).

5.3 A EXPANSÃO DAS EMBAIXADAS BRASILEIRAS NA ÁFRICA

A fundação de embaixadas pelo Brasil na África é uma estratégia de política externa que visa fortalecer a presença brasileira em seu entorno estratégico. Ter uma presença diplomática robusta permite ao Brasil explorar oportunidades comerciais, atrair investimentos e estabelecer parcerias estratégicas que podem ser vantajosas para a economia brasileira. Além disso, essas embaixadas como pontos

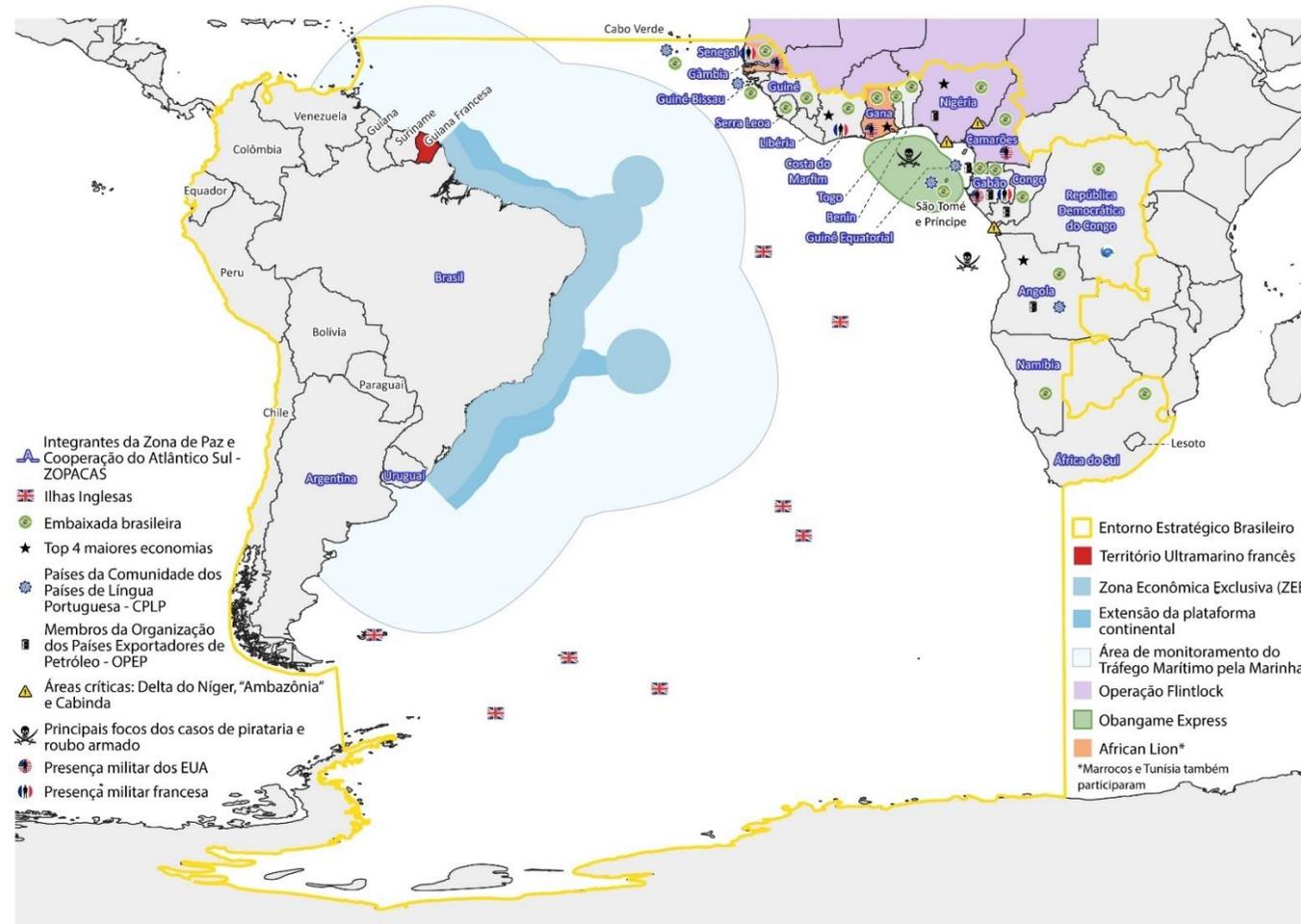
de apoio para a construção de pontes para cooperação em áreas como ciência e tecnologia, educação e desenvolvimento sustentável, alinhando-se aos interesses do Brasil em diversificar suas parcerias internacionais e expandir sua influência global.

A expansão das embaixadas do Brasil na África se intensificou de forma contundente a partir dos anos 2000. Essa ampliação constituiu estratégia ampla de diversificação e fortalecimento das relações internacionais do Brasil, com foco em mercados emergentes e regiões estratégicas. A política externa brasileira da época priorizou uma maior presença no continente africano como parte da busca por novos parceiros econômicos e políticos.

Durante esse período, o Brasil abriu novas embaixadas e consulados em diversos países africanos para aproveitar o crescimento econômico da região e suas vastas reservas de recursos naturais. Por exemplo, em 2003, foi inaugurada a embaixada brasileira na Etiópia, e, em 2005, o Brasil abriu uma embaixada em Luanda, Angola. A estratégia também incluiu a ampliação da presença em outros países africanos, como Moçambique e Gana, consolidando assim a presença brasileira em áreas de importância econômica e política no continente. Esta expansão reflete o objetivo do Brasil de fortalecer suas relações diplomáticas e aumentar sua influência em uma região que é vista como crucial para o futuro econômico global.

APÊNDICE A

- MAPA TEMÁTICO



Fonte: elaborado pela Sra Nadhine Hentzy Stellet da Silva – Geógrafa, baseado nas informações levantadas durante a pesquisa. Programas utilizados: Quantum Gis (QGis) e Adobe Illustrator

APÊNDICE B

- ENTREVISTA REALIZADA

Foi realizado no dia 9 de junho de 2024, uma entrevista com o Sr. Prof. Dr. Sandro Teixeira Moita, Professor do Programa de Pós-Graduação do Instituto Meira Mattos. Essa sistemática teve por finalidade, levantar subsídios atualizados acerca do Entorno Estratégico do Brasil, no contexto do estudo **da liderança estratégica brasileira e seu papel na Zona Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**.

- A seguir, serão relatados os questionamentos ao docente:

1. Considerando a vasta extensão costeira brasileira e a presença de importantes rotas marítimas, qual é a importância estratégica do Atlântico Sul para a segurança nacional do Brasil?

2. De que maneira os recursos naturais presentes no Atlântico Sul, como petróleo, gás natural e biodiversidade marinha, contribuem para a economia brasileira e quais são os desafios para sua exploração sustentável? Qual o impacto do predomínio do modal marítimo nas atividades comerciais brasileiras?

3. Levando em consideração o desafio enfrentado pela região do Atlântico Sul, no que tange a poluição marinha, a sobrepesca, a degradação dos ecossistemas costeiros e outros óbices, quais são as principais ameaças ambientais enfrentadas pelo Brasil na região do Atlântico Sul?

4. Como a presença de atividades ilícitas, como tráfico de drogas e pirataria, no Atlântico Sul impacta a segurança e a estabilidade da região, e quais ações estratégicas o Brasil tem desempenhado junto aos países da costa oeste africana, dentro do contexto da ZOPACAS, em relação a essa questão?

5. Como as ações estratégicas de defesa e segurança, especialmente no Atlântico Sul, influenciam a percepção internacional do Brasil como uma potência regional e sua capacidade de liderança na América do Sul? O Brasil possui ações estratégicas efetivas junto ao Entorno Estratégico?

6. De que forma a implementação de políticas ambientais e de sustentabilidade, tanto domésticas quanto internacionais, impacta a reputação do Brasil como líder regional e global em questões ambientais? Na opinião do Senhor, como o país é visto globalmente?

7. De que maneira a competição por recursos naturais, como petróleo e minerais, por países exógenos ao Atlântico Sul representa uma ameaça aos

interesses econômicos e estratégicos do Brasil na região? Nesse contexto, conforme documento abaixo, qual seria a importância da aprovação pela Organização das Nações Unidas (ONU) do pedido de ampliação da Plataforma Continental Brasileira?

<https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/infocirm/article/download/936/888/>

8. “ENTORNO ESTRATÉGICO - Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica.” (Estratégia Nacional de Defesa, 2020). Qual foi a importância no campo estratégico da inclusão da Antártica na região delimitada pelo Entorno Estratégico Brasileiro, conforme a Política Nacional de Defesa 2020 e a Estratégia Nacional de Defesa do ano 2020?

9. Na opinião do Senhor, qual seriam as principais ações relevantes do Brasil para sua projeção geopolítica regional e para o fortalecimento da política de segurança, diplomacia e cooperação junto aos países integrantes da ZOPACAS?

10. Como a presença militar e a influência de potências extrarregionais no Atlântico Sul afetam a segurança e a soberania do Brasil, e quais são as implicações para a estabilidade geopolítica da região? Na opinião do Senhor, quais seriam, atualmente, as principais ameaças?

11. Em relação ao panorama do potencial petrolífero do Golfo da Guiné, verifica-se o interesse crescente estadunidense em estabilizar essa região para garantir e ampliar o comércio de hidrocarbonetos. Esse movimento, atualmente, representa uma ameaça ao Entorno Estratégico Brasileiro ou possibilidade de estabilização e equilíbrio da região?



Fonte: <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/os-riscos-ao-setor-de-petroleo-no-golfo-da-guine>

De forma resumida, levando em consideração a análise das respostas produzidas e a confrontação com o tema proposta, as seguintes assertivas foram reforçadas e/ou levantadas durante a interação com o entrevistado:

1. Importância Estratégica do Atlântico Sul:

O Professor Sandro Teixeira Moita argumenta que o Atlântico Sul é uma área de projeção natural para o Brasil, dada sua vasta extensão costeira e a relevância geopolítica da região. O docente faz menção a inclusão da Antártica no contexto do Entorno estratégico, como sendo pré-requisito essencial a condição de líder regional e a manutenção das ações estratégicas no panorama de sua área de interesse.

Ainda, o Atlântico Sul é visto como um espaço vital para a segurança nacional do Brasil, na qual a proteção das rotas marítimas é fundamental para a economia do país, particularmente para o agronegócio, que possui como transporte marítimo, o principal modal para exportação

2. Recursos Naturais e Economia:

Durante a entrevista, oceano é descrito como a "porta de saída e entrada" das principais atividades econômicas brasileiras. O Prof. Dr. Sandro destaca que o domínio do Oceano Atlântico Sul é crucial não apenas para a segurança nacional, mas também para a segurança econômica, haja vista que a segurança marítima pode levar a perdas econômicas significativas e atrasar o crescimento e desenvolvimento do país

A exploração sustentável dos recursos marinhos é apresentada como um dilema do século XXI. O professor discute a necessidade de utilizar os recursos de forma responsável, evitando impactos ambientais que possam comprometer a vida marinha e a sustentabilidade do ecossistema.

3. Cooperação Internacional e Segurança:

Em relação as relações internacionais, o professor menciona a importância de estabelecer vínculos e cooperação com outros países da região, como Senegal e Guiné-Bissau, para fortalecer a presença brasileira e garantir a segurança no Atlântico Sul. Ele destaca como boas iniciativas, a realização de exercícios militares conjuntos com a marinha de outros países, como os Estados Unidos e a França, elevando o grau de colaboração e a segurança regional.

Sobre o tema de Defesa, o Professor Sandro visualiza como necessidade o provimento de meios navais, aéreos e terrestres adequados para garantir a segurança da região. Ainda, argumenta que não basta apenas reconhecer a importância da área, é necessário agir para proteger e afirmar a presença do Brasil no Atlântico Sul.

4. Desafios de Segurança e Política:

O professor alerta que a segurança não pode ser vista isoladamente da política. Ele menciona que a falta de uma abordagem integrada pode levar a problemas significativos, como a dependência de potências externas e a vulnerabilidade em situações de crise.

A presença de potências como os Estados Unidos da América, a China e a Rússia na região é enfatizada pelo docente, destacando que suas ações podem influenciar a dinâmica de segurança no Atlântico Sul. O professor sugere que o Brasil deve estar atento a essas interações e buscar uma postura proativa.

5. Visão Holística:

O professor defende uma visão holística da segurança, onde a proteção do mar e a segurança econômica estão interligadas. Ele argumenta que a segurança do Atlântico Sul deve ser abordada de maneira panorâmica, considerando todos os fatores que afetam a economia e a vida no Brasil.

Essas ideias refletem uma análise abrangente da geopolítica do Atlântico Sul, destacando a necessidade de uma estratégia integrada que considere a segurança, a economia e a cooperação internacional para garantir a posição do Brasil na região.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O mapa temático tem por objetivo auxiliar na consolidação dos dados levantados no presente trabalho, por meio de uma ferramenta visual, que explicita o quadro geopolítico atual do Entorno Estratégico Brasileiro. O mapa temático foi construído, tendo como parâmetro os principais aspectos que integram a área do Atlântico Sul, como a delimitação do Entorno Estratégico Brasileiro, a Zona Econômica Exclusiva, a área de monitoramento do Tráfego Marítimo, exercícios militares que o Brasil participa, ZOPACAS, local das embaixadas brasileiras, além das ameaças, como a presença militar de países exógenos, domínios territoriais, focos de piratarias e áreas críticas de segurança.

Tendo como parâmetro O "Livro Branco de Defesa Nacional" (LBDN), documento estratégico que possui objetivo de direcionar a Política de Defesa, o Planejamento a longo prazo, as Relações Internacionais, além do orçamento do Setor de defesa brasileiro, verificam-se que o Brasil tem cedido ao Atlântico Sul elevada importância, além da confluência da ZOPACAS em face do aumento da ocorrência de ameaças na região:

O Brasil tem especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul. Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes e de vital importância para o comércio mundial e nacional. Por isso, dedica especial atenção à construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul, sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

O aumento de incidentes de pirataria e roubo no Golfo da Guiné, por exemplo, evidencia a importância de fortalecimento da ZOPACAS, com vistas a contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos Estados costeiros daquele Golfo de prover a segurança marítima e a estabilidade na região. A cooperação mantida no âmbito da ZOPACAS estende-se a temas ambientais e de sustentabilidade (Brasil, 2020, p.17)

Em relação a pergunta proposta no início do trabalho: **Como as ações brasileiras na ZOPACAS influenciam a liderança do Brasil no Atlântico Sul?**, verifica-se que podemos nos certificar que o Brasil, atualmente, reconhece o Atlântico Sul com vital importância e que procura dentro do conceito de *Soft Power*⁷, a aproximação com os países do Entorno Estratégico, além de uma

⁷ Conforme Joseph Nye, 1990: O conceito de *soft power* refere-se à capacidade de um país de influenciar outros por meio de atração e persuasão, ao invés de coerção ou pagamento. Essa influência é baseada em fatores intangíveis, como cultura, valores políticos, políticas externas e instituições, que fazem com que outros países e povos desejem se associar, imitar ou apoiar

certa proeminência em relação ao demais nações, haja vista sua importância, tamanho e conceito de suas Forças Armadas. **Porém, analisando a conjuntura em que o Atlântico Sul está inserido é notório que a iniciativa brasileira ainda é insipiente e frágil, se comparada a velocidade e ao grau de integração dos países potências, exógenos ao Atlântico Sul, no que se refere a busca de seus interesses e de certa forma, a intervenção concretizada nos países da Costa Oeste Africana.**

Paralelo a essa situação, a ZOPACAS, enquanto mecanismo multilateral de diálogo e colaboração, tem demonstrado ser uma ferramenta significativa para a promoção da estabilidade e da aproximação estratégica entre seus integrantes. Nesse sentido, o Brasil, ao assumir uma posição de liderança dentro do referido fórum internacional, tem fortalecido sua posição em relação as políticas de cooperação e na facilitação de diálogos entre os países africanos. A atuação brasileira junto ao Fórum Internacional é marcadamente orientada para a facilitação de diálogos entre os países africanos e sul-americanos. Assim, o papel de intermediador entre os países é crucial para a proeminência do país em relação aos demais integrantes

Por fim, fica notório, após conhecermos mais sobre o Atlântico Sul que se trata de uma área relevante para o desenvolvimento do Brasil e sua consolidação como líder regional, ainda, podemos destacar que o país possui iniciativas positivas no que se refere ao fortalecimento de sua presença em seu entorno estratégico. Devemos frisar também que o Brasil, como podemos verificar, não está isolado nessa busca e que os países exógenos possuem a favor de seus interesses, sua presença pontual, seja na expressão política, econômica ou psicossocial. **Assim, o Brasil possui um longo caminho a trilhar em prol do estabelecimento de bases robustas no Atlântico Sul, por meio de investimento e projeção de poder.**

as ideias e comportamentos promovidos por esse país.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, p. 05-21, 2014

BARCELOS, Rodrigo Mendes Régua. **A cooperação técnica em ensino militar do Exército Brasileiro na África de 2015 a 2019 e suas contribuições para a política externa do Brasil**. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Relatórios de missão no exterior**. Brasília, DF, 2020 c.

BRASIL. Lei nº 8.617. **Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 de janeiro de 1993.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Amazonia Azul**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/delareis/?q=amazoniazul>. Acesso em 19 de abril de 2024

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Fundamentos Estratégia**. Brasília, 2020.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Boletim geocorrente nº 134**. (Março/2021). Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/Boletim%20Geocorrente%20134%20-%2011%20FEVEREIRO%202021.pdf>. Acesso em: 22 abril 2024

BRASIL. Marinha do Brasil. **Bem-vindo à Amazônia Azul**. Disponível em: https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/. Acesso em: 15 março 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas>. Acesso em 19 abril de 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **SisGAAz: Proteção e Monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sisgaaz-protecao-e-monitoramento-das-aguas-jurisdicionais-brasileiras>. Acesso em: 7 julho 2024

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa Cibernética**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2014.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 3. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Exército. **EPEX**. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesacibernetica>. Acesso em: 07 julho 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **PROSUB**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub>. Acesso em: 30 março 2021.

CABRAL, Ricardo. **A expansão chinesa no Atlântico Sul e a construção de base naval em Ushuaia**. Poder Naval, 2023. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2023/01/19/a-expansao-chinesa-no-atlantico-sul-e-a-construcao-de-base-naval-em-ushuaia/>. Acesso em: 22 abril 2024

CALDAS, Aderson de Oliveira. **A ZOPACAS e o Brasil: o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul**. 2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Amazônia Azul - **As riquezas naturais sob as águas do Atlântico**, Rádio Câmara, 07 Set 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/323815-amazonia-azul-as-riquezas-naturais-sob-as-aguas-do-atlantico-0551/#:~:text=O%20nome%20Amaz%C3%B4nia%20Azul%20foi,com%20as%20presentes%20na%20Amaz%C3%B4nia.> e "Acesso em: 24 Mar 2024".

CARDOSO, Brenda. **Relações Brasil-África: a Importância Estratégica do Golfo da Guiné**. Gov.br, 2017. Disponível em: < https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii/relacoes_brasil-africa.pdf>

CARDOSO, José Carlos. **O Líder Estratégico: sua importância e competências na era do conhecimento** / Gen Div José Carlos Cardoso. - Rio de Janeiro: RJ, 2014.

CASTRO, T. DE. **Nossa América**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

CAVALCANTI, Vanessa Maria Mamede. Plataforma continental: a última fronteira da mineração brasileira. **Brasília: DNPM**, v. 104, 2011.

DE ALMEIDA SILVA, Antônio Ruy. "As novas ameaças" e a Marinha do Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 7, p. 32, 2006.

DE OLIVEIRA ANDRADE, Israel; FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. **A AMAZÔNIA AZUL COMO FRONTEIRA MARÍTIMA DO BRASIL: IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA E IMPERATIVOS PARA A DEFESA NACIONAL**

DUARTE, Paulo. A Nova Rota da Seda: A Convergência da Terra e do Mar na (Re) emergência da China. **Oriente Ocidente**, n. 34, p. 44-55, 2017

FILHO, P. L. S. **BRASIL E ÁFRICA DO SUL: cooperação para a segurança marítima do Atlântico Sul**. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

FILHO, Pio Penna. Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI. **E ATLÂNTICO SUL**, p. 149, 2015.

JOBIM não quer Otan agindo no Atlântico Sul. *Poder Naval*, 14 set. 2010. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2010/09/14/jobim-nao-quer-otan-agindo-no-atlantico-sul/>. Acesso em: 28 jun. 2024

FLEMES, D. Conceptualising Regional Power in International Relations : Lessons from the South African Case Daniel Fledes. **German Institute of Global and Area Studies (GIGA)**, v. 53, n. June, p. 1–60, 2007.

GALANTE, Alexandre. Brasília recebe o Simpósio ‘Amazônia Azul 2018 – Patrimônio brasileiro a preservar e proteger’. *Poder Naval*, 2018. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2018/11/07/brasilia-recebe-o-simposio-amazonia-azul-2018-patrimonio-brasileiro-a-preservar-e-protoger/>. Acesso em: 20 abril 2024.

GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELLO, Laerte Peotta de (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA: NEP, 2015. 645 p. : il., gráfs., mapas color.

GUERRA, Sidney. **Amazônia Azul: o “Novo Território” Brasileiro**. p. 136, 2011.

GUIMARÃES, B. G. **A estratégia geopolítica brasileira para o Atlântico Sul**. Tensões Mundiais , pp. 259-293, 2015

MATOS, C. DE M. **Brasil - Geopolítica e Destino**. Biblioteca ed. Rio de Janeiro: [s.n.]

MELO, Daniella da Silva Nogueira de. **Atuação da OTAN no Atlântico Sul**. 2018.

PADILHA, Luiz. **Perspectivas de conflitos no Atlântico Sul: reflexos para a Defesa Nacional**. Defesa Aérea e Naval, 2015. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/aviacao/perspectivas-de-conflitos-no-atlantico-sul-reflexos-para-a-defesa-nacional>. Acesso em 22 abril 2024

Plano Estratégico da Marinha 2040. Estado-Maior da Armada. Brasília, 2020a.

PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África: os avatares da cooperação sul-atlântica. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL CULTURA, PODER E TECNOLOGIA: ÁFRICA E ÁSIA FACE À GLOBALIZAÇÃO (ALADAA)**, 10, 2012, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 26 out. 2000.

PITEIRA, João Pedro Silva. **Causas e Evolução das Táticas de Pirataria no Golfo da Guiné**. 2021. Tese de Doutorado.

REIS, Reginaldo. **Atlântico Sul: Um desafio para o século XXI – As velhas ameaças se perpetuam nas novas?.** In: ACIOLY, Luciana, MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *Prospectiva, estratégias e cenários globais. Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia.* Brasília, IPEA, 2011.

RUCKS, J. T. **A geopolítica do Atlântico Sul: a importância do ZOPACAS para o Brasil.** Porto Alegre: EdUFRS, 2014.

SALVAGNI, Julice et al. **A ascensão chinesa e a nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemonias.** *Sociedade e Estado*, v. 37, p. 673-696, 2022.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, v. 3, 2001.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social.** Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

Vera Thorstensen. **A CHINA COMO MEMBRO DA OMC E LIDER DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS: desafios e oportunidades para o Brasil.** Agosto de 2010.

VIEIRA, Maurício. A ZOPACAS e a Segurança do Atlântico Sul: o Caso da Serra Leoa. **IDN Cadernos**, n. 25, p. 313-332, 2017.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040).** Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em: 7 julho 2024.

WIESEBRON, M. L. **Amazônia Azul: Pensando Defesa do Território Marítimo Brasileiro.** Austral: Revista Brasileira de estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 02, n. 03, p. 107–131, 2013.